

SXC.HU

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E OS PRODUTORES RURAIS

Levi Montebelo*



Na história da agricultura brasileira, as ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) São Paulo significam bons exemplos de política pública na assistência aos produtores rurais. Isso ajudou a segurar o homem no campo, com o incremento na produtividade e a produção alimentar com preservação ambiental.

Diante do mundo globalizado e competitivo, o ambiente da agricultura passa por rápida transição, mas o Estado está sendo incapaz de remodelar a assistência técnica das décadas passadas. Carente de apoio e à mercê de sua própria sorte, a grande massa dos pequenos e médios produtores rurais não possue força e dinamismo para fazer a inserção nas cadeias produtivas.

Por sua vez, como pouco sobra para desenvolver as suas atividades, os profissionais das ciências agrárias enfrentam o desemprego e são subutilizados, em detrimento de terem uma formação onerosa, para a sociedade, e também para si próprios. Isso é uma perda de potencial inconcebível. A presença desses profissionais no campo fortalece do ponto de vista tecnológico a produção sustentável em seu tripé de viabilidade econômica, equilíbrio ambiental e responsabilidade social. Este é justamente o clamor da sociedade nos dias correntes.

Na verdade, apesar de apregoarem o conceito moderno das cadeias produtivas, os agentes da tecnologia agropecuária mostram fraca eficiência quando tratam de soluções para a assistência técnica rural.

Se existem diversas alternativas para serem trabalhadas, as propostas rompem paradigmas fortes, como no caso do "cooperativismo de trabalho", muitas vezes contestado por juristas e sindicalistas, dentre outros. O modelo acompanha a tendência generalizada de as empresas buscarem a "terceirização" de determinadas tarefas como estratégia cada vez mais comum na agricultura, indústria, no comércio e nos serviços.

A assistência técnica rural constitui um dos ramos de trabalho enquadrável nos princípios cooperativistas: o profissional exerce a ação ao contratante, sem subordinação empregatícia a ser cumprida.

Embora sejam bem diferentes em sua natureza, as atividades agrícolas e da saúde apresentam alguns pontos em comum. O paciente consulta o médico quando sente alguma anomalia, independentemente da hora e da frequência de sua ocorrência ou ainda com os exames. Também o produtor, ao defrontar com problemas inesperados na produção e no ambiente, pode precisar de uma ação tecnológica imediata para os cuidados e os sucessos pretendidos.

Para o sossego de grande parte das famílias brasileiras, em 1967, foi criada a primeira cooperativa de trabalhos na área de medicina, a União dos Médicos (Unimed), que se disseminou pelo País, com a oferta de planos de assistência médica à população.

Mesmo reconhecido como uma das melhores e das mais eficientes garantias de saúde, as Federações Unimed e a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas formam um complexo e avançado sistema que ainda requer aprimoramentos.

Cooperativa de trabalho

1º Organização sem fins lucrativos;
2º Unicidade de voto e participação;
3º Atividade executada por cooperado, sem vínculo empregatício;
4º Relação legal de compra e venda;
5º Prestação da assistência tecnológica pretendida pelo comprador (contratante);
6º Dá empregabilidade ao profissional e agilidade ao contratante;
7º Cria mercado de oferta e demanda para o serviço desejado (assistência);
8º Possui impeditivo para ser aplicado em algumas situações;
9º Honra os princípios cooperativistas: flexibilidade, mobilidade e velocidade;
10º Atende aos pilares da economia moderna do conhecimento.

Constituição da Uniagro

O sucesso na área da saúde pública corrobora os esforços em prol do desenvolvimento do cooperativismo de trabalho. Nesse sentido, nasce a estratégia de se implantar a "Unimed" da agricultura, a Uniagro.

O modelo passa pela montagem de uma ampla rede de parcerias entre o governo, a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Ciências Agrárias (Coota), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Serviço Nacional da Agricultura (Senar), produtores rurais, empresas de insumos, máquinas e implementos, dentre outros.

É preciso levar em conta que o universo de produtores é composto de diferentes níveis sociais e econômicos (grande, médio, pequeno e familiar). A prioridade é atender à agricultra mais carente e de baixa renda; em especial entre os pequenos agricultores e à agricultura de subsistência, propomos para acesso a esta assistência.

As bases de operação deste trabalho podem ser implementadas sob coordenação da Coota nos sindicatos de produtores e trabalhadores rurais, nas unidades municipais e estaduais de assistência técnica e extensão, que poderão ceder espaços para o acompanhamento e a operacionalização dos planos.

Trata-se de uma inciativa no sentido de levar conhecimento e assistência técnica para os produtores rurais terem acesso democrático e eficiente à tecnologia, com resultado positivo para o meio ambiente e a produção de alimentos mais saudáveis.

Por que investir na agricultura?

1º Primordial para uma sociedade democrática, livre e mais justa;
2º Proporciona a segurança alimentar do cidadão;
3º Fortalece a educação do povo;
4º Gera oportunidade e melhor distribuição de renda;
5º Oferece conhecimento para o agricultor ter acesso à tecnologia;
6º Coexistência da preservação ambiental e dos alimentos saudáveis;
7º Futuro das propriedades rurais dependerá da gestão produtiva e ambiental;
8º País essencialmente agrícola;
9º Integração nacional;
10º Atende à sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

A Uniagro é a estratégia para viabilizar e democratizar a assistência técnica nos campos brasileiros. É o passo decisivo para tornar mais factíveis o apoio e o direcionamento dos institutos de ensino e pesquisa, no sentido de fortalecer a produção agropecuária brasileira.

A quebra de paradigma, o desenvolvimento de diálogo e a vontade política, no conjunto, trarão nova vitalidade ao mundo rural e levarão o ânimo para os produtores rurais e os profissionais de ciências agrárias deste País.

* Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Ciências Agrárias (Coota) e da Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab)

Plano de Assistência Agropecuária

- **Coota**
  1º Credencia e filia os profissionais em ciências agrárias nos municípios;
  2º Acompanha a demanda e a prestação da assistência técnica.
- **Produtor**
  1º Adere ao plano de assistência de acordo com suas necessidades;
  2º Opção de escolha do profissional para a prestação da assistência técnica.
- **Profissional**
  1º Limite de atuação determinado conforme a sua habilitação;
  2º Conduta ética profissional supervisionada pela cooperativa.
- **Planos de Assistência Técnica: A, B e C**
  1º Diferem em número de operações mensais ou anuais, tais como: consultas, visitas de orientação às propriedades, planos de safra, análise foliar, análise de solo, diagnósticos laboratoriais, conservação de solo etc.;
  2º Estabelece os limites da assistência mensal e anual;
  3º Livre adesão dos produtores rurais.
- **Parcerias**
  1º Institucionais: Secretaria Estadual de Agricultura de São Paulo, Federações Estaduais da Agricultura (Serviço Nacional da Agricultura), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp);
  2º Iniciativa privada: firmas de insumos, máquinas e implementos agrícolas, como forma de viabilização e barateamento dos custos dos produtores.

GANHAR TEMPO É POSSÍVEL

Eliseu Alves[1]
Daniela de Paula Rocha[2]

__Agroanalysis__ apresenta para os seus leitores o resumo de um trabalho formidável, com informações, análises e conclusões importantes, recomendável para todos aqueles que se preocupam com os destinos da agricultura nacional e, por consequência, com o próprio País.

O homem rural migra na expectativa de que a sua vida melhorará. Assim, o êxodo rural é um sinal da perda de competição do campo para com a cidade. Migrar para o meio urbano é uma decisão extrema. Antes se procura aumentar a renda do estabelecimento; ou se busca emprego em tempo parcial no meio rural ou urbano, com residência rural.

No Brasil, o índice de urbanização cresce em todas as regiões, sendo mais elevado o da região Sudeste, cujo mercado de trabalho urbano oferece muitas oportunidades. A menor taxa ocorre no Nordeste, justamente onde o contingente de pessoas no meio rural é o maior no País.

Brasil e Regiões: Índice de urbanização (%)

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Brasil
1940	22,58	20,99	38,25	16,90	20,66	29,01
1950	29,13	27,22	49,63	26,22	28,98	37,59
1960	36,68	34,53	61,04	38,31	39,02	47,02
1970	44,95	42,63	71,35	52,05	50,08	56,67
1980	53,51	51,15	79,84	65,49	61,13	65,83
1991	62,67	60,43	86,85	77,81	72,06	74,69
2000	69,57	67,52	90,93	85,29	79,45	80,71
2007	74,40	72,55	93,28	89,55	84,11	84,59

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

O êxodo rural no Brasil perde ímpeto à medida que a população no meio rural fica pequena. A forte exceção é a região Norte, onde o processo ainda continuou forte. Menos gente no campo pode significar menor pressão sobre a floresta se a pesquisa desenvolver tecnologias poupadoras de terra. Já no Centro-Oeste, a prosperidade da agricultura ajuda a reter o homem no campo. No Nordeste, Sudeste e Norte, os efeitos dos programas de reforma agrária e agricultura familiar ficaram em desvantagem em relação às forças de atração das cidades.

Brasil e Regiões: População rural

Regiões	1991		2000		2007	
	Mil hab.	%	Mil hab.	%	Mil hab.	%
Norte	4.107,0	11,5	3.914,1	12,3	3.630,0	11,6
Nordeste	16.721,3	46,7	14.759,7	46,3	14.770,0	47,1
Centro-Oeste	1.764,5	4,9	1.540,6	4,8	1.789,0	5,7
Sudeste	7.514,4	21,0	6.851,6	21,5	6.440,0	20,5
Sul	5.726,3	16,0	4.780,9	15,0	4.739,0	15,1
Total	35.833,5	100,0	31.846,9	100,0	31.368,0	100,0

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Outra evidência é a queda acentuada na ocupação rural junto com crescimento maior do Produto Interno Bruto (PIB) urbano em relação ao rural. Essa relação, que tinha ficado em torno de oito a dez de 1970 a 1990, a partir de então cresceu para próximo de vinte. Por sua vez, a relação do salário rural com o urbano mostra sistemática queda desde 1986, tendo caído de um e meio para um entre 1995 e 2008.

Brasil: Pessoal ocupado no setor rural (milhões de trabalhadores)

1970	1975	1980	1985	1995	2006
17,6	20,3	21,2	23,4	17,9	16,4

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

A política agrícola contém instrumentos de alcance:

- Geral, como a política de preços e de crédito, cujos grupos mais favorecidos são de exportação, geração de tecnologia e preservação do meio ambiente;
- Específico, com o objetivo de segurar a população rural, mediante o atendimento da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e dos sem-terra.

As políticas específicas freiam a ação do mercado que esvaziariam o campo muito mais rapidamente. Assim se faz no mundo desenvolvido como em desenvolvimento, com a visão de ganhar tempo para o ajuste do mercado urbano de trabalho.

Há, ainda, políticas para toda a sociedade, como as de educação e saúde, que são fundamentais, mas, infelizmente, de qualidade e quantidade que discriminam o meio rural.

Brasil e Regiões: Estabelecimentos rurais por valor bruto da produção agropecuária (em SM*)

Regiões	Abaixo de dois (SM)		2 a 10 (SM)		Acima de 10 (SM)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Norte	360.190	9,54	92.799	9,51	22.786	5,38
Nordeste	2.149.279	56,92	228.076	23,37	76.651	18,09
Centro-Oeste	216.215	5,73	71.287	7,30	29.976	7,07
Sudeste	572.859	15,17	226.625	23,22	122.565	28,93
Sul	477.283	12,64	357.187	36,60	171.711	40,53
Total	3.775.826	100,00	975.974	100,00	423.689	100,00

*Salário mínimo
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

No meio rural, dos 5,17 milhões de estabelecimentos, 8,19% precisam apenas de políticas gerais e de alguma ajuda específica, como negociação de dívida e socorro em adversidades climáticas como a compra de excedente em condições ruins ou em sinistros climáticos. Por sua vez, 18,86% dos estabelecimentos (976 mil) são candidatos às políticas específicas, assentadas na hipótese de que há uma solução na agricultura para o problema da renda, como crédito rural, extensão rural, associativismo e cooperativismo, compra pelo governo do excedente, entre tantas.

Restam 72,95% dos estabelecimentos (3,8 milhões), que devem abrigar 11,3 milhões de pessoas. Neste caso, a solução do problema somente pela agricultura não funcionará. Serão precisos complementação com bolsa família e escola, aposentadoria, transporte público para escola e emprego, simplificação das leis trabalhistas, indústria caseira etc. Metade deste contingente está no Nordeste.

É importante frisar que a situação é de grande concentração da produção. Não se trata de concentração de renda e nem de comparações com outros setores da economia, a qual, para ser estabelecida, exigiria conhecimento da renda líquida.

Recomendação para as políticas públicas

Grupo com Valor de Produção abaixo de dez salários mínimos

- Bolsa família;
- Aposentadoria rural;
- Emprego em tempo parcial;
- Transporte para as escolas e cidades;
- Irrigação de pequeno porte e indústria caseira;
- Tecnologia para aumentar a produtividade.

Grupo com Valor de Produção entre dois e dez salários mínimos

- Tecnologias para aumentar a produtividade;
- Escalonar a tecnologia em níveis de dificuldade;
- Avaliar o risco da adoção;
- Plano de produção que contemple o lar e estabelecimento;
- Crédito de longo prazo.

Grupo com Valor de Produção acima de dez salários mínimos

- Crédito com taxas de juros competitivas com o exterior;
- Seguro agrícola;
- Desburocratizar as exportações;
- Combate aos subsídios dos países ricos;
- Pesquisas para baixar o custo de produção;
- Assistência técnica para aumentar a produtividade;
- Reduzir o custo Brasil.

1. Pesquisador da Embrapa
2. Pesquisadora do Ibre/FGV

Brasil: Número de estabelecimentos e valor bruto da produção (em SM*)

Salários Mínimos (SM)	Estabelecimentos		Valor Bruto da Produção	
	Unidades	%	R$	%
Abaixo de 2	3.775.826	72,96	5.805.602.289	4,04
De 2 a 10	975.974	18,86	15.932.402.304	11,08
Acima de 10	423.689	8,19	122.086.239.200	84,89
Total	5.175.489	100,00	143.824.243.793	100,00

*Salário mínimo
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)